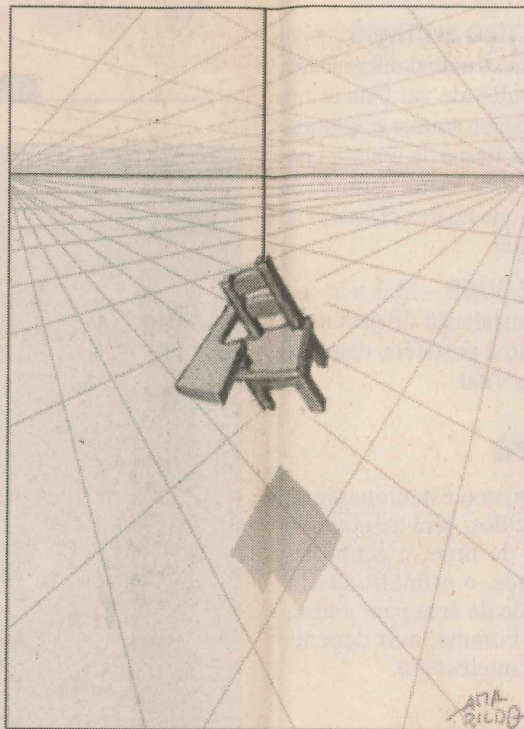


Formulação da política educacional

ANTONIO PAIM

A experiência brasileira de formulação da política educacional pela burocracia estatal é verdadeiramente trágica. No século passado, em matéria de ensino superior, fez-se opção pelas grandes escolas, modelo consagrado pela França, do qual excluiu-se a Universidade, ali restaurada para dedicar-se à formação geral. Esta seria mantida em nível secundário. Quase nada se fez no tocante à educação popular (mais tarde, tornada obrigatória, nos principais países, abrangendo 11 ou 12 anos, devotada à formação para a cidadania). No fundo, vigorou a circunstância de sermos um país católico. A educação popular havia sido inventada pelos protestantes e parecia não nos dizer respeito. A única novidade na República seria a fundamentação positivista ao voto à Universidade.

Estavam as coisas nesse pé, na década de vinte, quando um grupo seletivo resolveu constituir a Associação Brasileira de Educação (ABE) e tentar uma outra experiência na formulação da política educacional, interessando à intelectualidade e às igrejas. A premissa geral, lê-se na apresentação de um dos inquéritos (**O problema universitário brasileiro**. 1929), era a de que as tentativas anteriores de reforma haviam fracassado porque, instituídas com a omissão do Congresso, decorriam da "onisciência do ministro reformador, aconselhado sempre por três ou quatro amigos professores, cujos nomes não aparecem em público". A ABE conseguiu chegar a uma nova proposta educacional, assumida pela Escola Nova e pela liderança católica, que se conseguiu introduzir na Carta de 34. O ensino primário passava a ser obrigatório. Embora a formação geral se mantivesse em nível secundário, dever-se-ia instituir a Universidade para empreender a pesquisa científica (derrotou-se o argumento positivista de que a ciência estava pronta e conclusa, reconhecendo tratar-se de corpo vivo em desenvolvimento, tudo indicando que os brasileiros poderiam colaborar nessa



A ÚNICA FUNÇÃO DO NOSSO SISTEMA DE ENSINO É A DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

obra comum) e cuidar dos ramos da cultura geral que não podiam ser reduzidos ao modelo profissional. No projeto da UDF (Universidade do Distrito Federal), Anísio Teixeira apresenta com clareza o novo entendimento.

Ainda que aquela experiência de formulação da política educacional diretamente pela sociedade haja sido bem sucedida, na implementação

os objetivos foram inteiramente distorcidos. O que mais atrapalhou, a meu ver, foram os dois sucessivos surtos autoritários (Estado Novo e governos militares pós-64). De certa forma, também, a parte mais lúcida da liderança educacional deve ter avaliado mal o peso da tradição de menosprezar a educação popular.

A Universidade acabou transformando-se num condomínio das grandes escolas e ainda que as bandeiras da década de vinte fossem mantidas pelo Conselho Federal de Educação pós-Estado Novo (concebido e estruturado como representação da sociedade e não da burocracia estatal) a situação não se alterou grandemente em matéria de formação geral e de educação para a cidadania.

A única função que o nosso sistema de ensino exerce na atualidade é a formação profissional. Continua intacta a tradição autoritária da burocracia estatal (na espécie nada mais sintomático que a mudança do nome do Conselho Federal de Educação para a denominação que tinha sob o Estado Novo), que se coloca por traz da "onisciência do ministro", como dizia a ABE. No meio dos sucessivos "pacotes" com que o MEC surpreende a Nação há certamente iniciativas corretas, mas falta um projeto geral, que dificilmente poderá ser formulado no escalão burocrático e com a audiência por ela mesma escolhida. Para exemplificar: o novo "Fundão" é apresentado com tábua de salvação para a Escola Fundamental. Mas o mesmo se dizia do FNDE, transformado numa máquina burocrática infernal (que o digam os secretários estaduais de educação). Mais importante seria ter respondido à pergunta pela função daquele nível de ensino. Não pode ser a de um simples apêndice do sistema que leva ao vestibular, como ocorre na atualidade.

Em artigos subsequentes, proponho-me indicar aqueles pontos em torno dos quais as lideranças educacionais das igrejas e políticas (independentemente de filiação partidária) poderiam agrupar-se para tentar vencer a burocracia patrimonialista.

■ ANTONIO PAIM é filósofo e escritor